

Aplicação da Lei de Acesso à Informação no STF

Divisão de Promoção do Acesso à Informação
Controladoria-Geral da União



PROGRAMAÇÃO



14h – Abertura

14h10 – Conceitos iniciais, visão geral da LAI e sugestões de boas práticas

15h00 – Apresentação do Fala.BR para os pontos focais

15h15 – Intervalo

15h20 – Restrição de acesso à informação e hipóteses de não atendimento

16h15 – Dúvidas

16h30 – Encerramento

O ACESSO À INFORMAÇÃO

Transparência Passiva

Resposta a demandas individuais de pedidos de informação



Transparência Ativa

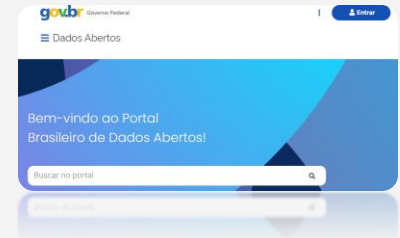
Publicação proativa de informações de interesse coletivo e geral



- Seção Acesso à Informação no site do órgão
- Transparência de projetos e programas específicos dos órgãos

Dados abertos

Publicação de dados em formato aberto e não proprietários (art. 8º, §3º da LAI)



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO É RESPONSABILIDADE DE TODOS

+



+

Autoridades

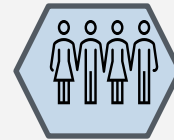
+



+

Colaboradores
do SIC

+



+

Servidores e
empregados
públicos

É essencial disseminar a **cultura da transparência**, sensibilizar a alta gestão e orientar servidores e empregados públicos

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA LAI

ACESSO É A REGRA

Sigilo é exceção!
(art. 3º, I, LAI)



MOTIVAÇÃO

É vedada a exigência
de motivação
(art. 10, § 3º, LAI)

GRATUIDADE

Serviço de
informação é gratuito
(art. 12, LAI)

PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Pedido de Acesso à Informação é uma demanda que tenha por objeto **um dado ou informação** que esteja sob a guarda do Estado

É possível pedir informações como:

- Cópia integral de contratos administrativos, por exemplo: contrato de terceirização de mão de obra;
- Tipos de benefícios oferecidos aos servidores e respectivos valores;
- Previsão de realização de concurso público para provimento de cargos;
- Informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, etc.



O QUE PODE SER SOLICITADO?

Toda informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado é **um bem público**. O acesso deve ser restringido apenas em casos previstos em lei.

INFORMAÇÕES PRODUZIDAS OU CUSTODIADAS PELO ESTADO

Acesso Restrito

PESSOAL
art. 31

SIGILOSA
art. 22

CLASSIFICADA
art. 23

DOC. PREPARATÓRIO
art. 7º, § 3º

É PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Número de protocolo	Tipo	Esfera	Órgão destinatário
03746.2025.003833-91	Acesso à Informação	Judiciário Federal	Supremo Tribunal Federal - STF
Resumo Reformas em imóveis funcionais			
Fale aqui (teor) Solicito o relatório completo de todas as reformas, reparos, melhorias e demais obras realizadas em imóveis funcionais do Supremo Tribunal Federal (STF), com a descrição do serviço realizado, do custo, da localidade do imóvel e da autoridade ou do servidor residente. Também peço que enviem os documentos originais de controle e registro da obra no sistema do STF.			

Teor: Solicito o relatório completo de todas as reformas, reparos, melhorias e demais obras realizadas em imóveis funcionais do Supremo Tribunal Federal (STF), com a descrição do serviço realizado, do custo, da localidade do imóvel e da autoridade ou do servidor residente. Também peço que enviem os documentos originais de controle e registro da obra no sistema do STF.

NÃO É PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- Desabafos, reclamações, elogios: esses tipos de manifestação devem ser feitos para a Ouvidoria do órgão
- Denúncias: comunicação de ilegalidades que demandam atuação do Poder Público
- Consultas sobre a aplicação de legislação, salvo se o órgão tiver documento sobre o caso específico
- Pedidos de opinião

NÃO É PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A qualidade da tradução e interpretação para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante a transmissão do julgamento realizado pelo STF sobre os atos de 8 de janeiro foi ruim. Sou uma pessoa surda e sei da importância de uma interpretação fiel e técnica, especialmente em um julgamento de grande repercussão como esse.

RECLAMAÇÃO

Sou advogada de XXX e requieiro, respeitosamente, a exclusão da matéria no site do STF (link XYZ). Meu cliente cumpriu integralmente sua pena e ainda sofre as consequências de seus atos. Apesar da matéria ser de ordem pública, é evidente o constrangimento ilegal que ele está sofrendo.

SOLICITAÇÃO

Gostaria que o STF implementasse melhorias na consulta das informações de julgamentos. Para exemplificar, registro que no site do STJ é possível gerar um PDF com os informativos cadastrados por ano, tema e por ramos do direito, dentre outras funcionalidades.

SUGESTÃO

CANAIS PARA RECEBIMENTO DE PEDIDOS



Fala.BR - Módulo LAI

Uso obrigatório no Governo Federal
(Art. 11-A do Decreto nº 7.724/2012)

SIC Físico

Espaço físico para atendimento
presencial

Outros meios

Carta, telefone, e-mail, etc.
(art. 10 da LAI)

Solicitante

Órgão ou entidade pública

Pedido inicial

O solicitante envia um pedido de acesso à informação para um órgão ou entidade pública.

Análise do pedido

O órgão analisa o pedido.
Em até 20 dias + 10

Resposta ao pedido

O órgão responde ao pedido, fornecendo ou negando o acesso nos termos da LAI.

Recurso

Caso o solicitante não concorde com a resposta, ele **tem 10 dias** para apresentar um recurso.

Análise do recurso

O órgão analisa o recurso.
Em até 5 dias

Resposta ao Recurso

O órgão responde ao recurso, dando provimento ou desprovimento



*O cidadão registrou
um pedido de LAI
em vez de uma
manifestação de
ouvidoria, e
agora?*

ALTERAÇÃO DE TIPO

- A Plataforma Fala.BR permite ao órgão/entidade alterar o tipo de manifestação registrada no Sistema;
- Deve-se ter muita cautela para realizar a alteração de tipo, pois uma alteração equivocada prejudica o cidadão.

MARCAÇÃO NO SISTEMA



Analisar Manifestação

Teor

Resumo
Fale aqui
1234568

Anexos Originais
Não foram encontrados registros.

Envolvidos

Nome	Função	Órgão/Empresa
PAULA LUIZA SANTOS DE MENDONÇA	Analista	Cgu

Campos adicionais
Campos específicos deste órgão

Campo	Valor
teste campo adicional	21092023
Teste - Vinicius	teste - paula

Manifestação

Tipo de manifestação: Acesso à Informação

Número: 55555.000617/2023-45

Esfera: Federal

Órgão destinatário: CGU - Controladoria-Geral da União

Órgão de interesse: -

Serviço:

Assunto: Altos terroristas de 8 de janeiro

Subassunto:

Tags:

Data de cadastro: 22/09/2023

Prazo de atendimento: 16/10/2023

Situação: Cadastrada

Registrado por: Paula Luiza Santos de Mendonça

Modo de resposta: Pelo sistema (com avisos por email)

Canal de entrada: Telefone

Responsável pela análise: Paula Luiza Santos de Mendonça

Observação do órgão

Responder

Importante: na resposta ao pedido de acesso à informação, considere os Enunciados da Controladoria-Geral da União sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo federal. [Acesse aqui.](#)

Tipo da Resposta *

Resposta Conclusiva

Decisão *

Acesso Negado

Especificação da decisão *

Selecionar...

Especificar decisão caso for acesso concedido, parcialmente concedido ou negado.

Texto da Resposta *

Exibir Previsão FalaBR-IA

Anexos já incluídos: Não há anexos.

Incluir Anexos

Responsável pela resposta *

Nome da área técnica (por extenso) ou área técnica e cargo do servidor que produziu a

Destinatário do recurso de primeira instância *

Cargo da autoridade (por extenso) e opcionalmente o seu nome

Restrição de conteúdo *

As manifestações e respostas serão disponibilizadas para consulta aberta com o objetivo de ampliar a publicação proativa de informações públicas, desde que não contenham informações pessoais ou protegidas por outras hipóteses de sigilo. Este pedido de acesso ou sua respectiva resposta contém informações sujeitas à restrição de acesso, conforme previsto na Lei 12.527/2011?

☐ Sim ☒ Não

Salvar rascunho

Responder

Encaminhar

Exportar PDF

Voltar

Encaminhar

Prorrogar

Alterar tipo

Decisão *

Acesso Concedido

SELECIONE...

Acesso Concedido

Acesso Negado

Acesso Parcialmente Concedido

Informação Inexistente

Órgão não tem competência para responder sobre o assunto

Pergunta Duplicada/Repetida

Não se trata de solicitação de informação

Restrição de conteúdo *

As manifestações e respostas serão disponibilizadas para consulta aberta com o objetivo de ampliar a publicação proativa de informações públicas, desde que não contenham informações pessoais ou protegidas por outras hipóteses de sigilo. Este pedido de acesso ou sua respectiva resposta contém informações sujeitas à restrição de acesso, conforme previsto na Lei 12.527/2011?

☐ Sim ☒ Não

Salvar rascunho

Responder

MARCAÇÕES NO SISTEMA

ACESSO CONCEDIDO

- Resposta solicitada inserida no Fala.BR
- Informações enviadas por e-mail
- Informações enviadas pelo correio
- Data, hora e local para consulta agendados
- Concedido acesso a sistema corporativo para consulta da informação
- Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na internet ou em publicações existentes

ACESSO NEGADO

- Informações sigilosa classificada conforme a LAI
- Dados pessoais
- Informação sigilosa de acordo com legislação específica
- Pedido genérico
- Pedido incompreensível
- Pedido exige tratamento adicional de dados
- Processo decisório em curso
- Pedido desproporcional ou desarrazoado

ACESSO PARCIALMENTE CONCEDIDO

- Parte da informação contém dados pessoais
- Parte da informação demandará mais tempo para produção
- Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica
- Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoado
- Parte do pedido é genérico
- Parte do pedido é incompreensível
- Parte do pedido exige tratamento adicional de dados
- Processo decisório em curso
- Parte da informação é inexistente
- Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade

**INFORMAÇÃO
INEXISTENTE**

**ORGÃO NÃO TEM
COMPETÊNCIA PARA
RESPONDER SOBRE O
ASSUNTO**

**PERGUNTA
DUPLICADA/REPETIDA**

**NÃO SE TRATA DE
SOLICITAÇÃO DE
INFORMAÇÃO**

MARCAÇÕES NO SISTEMA

Categorização da Resposta no Fala.BR (Decisão)

- a) Acesso concedido;
- b) Acesso parcialmente concedido;
- c) Acesso negado;
- d) Não se trata de pedido de informação;
- e) Informação inexistente;
- f) Órgão não tem competência para responder;
- g) Pergunta duplicada;

MARCAÇÕES NO SISTEMA

- **ACESSO PARCIALMENTE CONCEDIDO E ACESSO NEGADO:** sempre que um órgão negar o acesso a uma informação, deve indicar as razões da negativa, total ou parcial, especificando o **embasamento legal** que a fundamenta (art. 21 e seguintes da LAI). Além da citação legal, é importante que se **explique por qual motivo** ela se enquadra no pedido em questão.
- **NÃO SE TRATA DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO:** possibilidade de alterar o tipo de manifestação.
- Não é considerado "**Acesso parcialmente concedido**" quando o solicitante pede determinada informação e o órgão concede outra.

MARCAÇÕES NO SISTEMA

- **PERGUNTA DUPLICADA:** orientamos que o primeiro pedido seja respondido. Nos demais pedidos, o SIC deve informar que a solicitação já foi tratada e indicar o Número Único de Protocolo (NUP) respondido.
- **ENCAMINHAMENTO DE PEDIDO:** antes de encaminhar o pedido, entrar em contato com o SIC do órgão ou entidade para confirmar se o assunto é memo de sua competência. Caso o assunto não seja da alçada do Poder Executivo Federal ou não se saiba de quem é a competência, deve-se explicar a situação no campo de resposta. Ademais, na medida do possível, deve-se orientar o solicitante sobre como obter a informação. Destaca-se que o **prazo é reiniciado** após um encaminhamento.

CASOS CONCRETOS



^ Data da resposta: 31/01/2025, às 17:46

Tipo
Resposta Conclusiva

Responsável pela resposta
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão
da Informação

Decisão
Acesso Concedido

Especificação decisão
Orientação sobre como encontrar a informação
solicitada na Internet ou em publicações
existentes

Destinatário Recurso 1º
Secretário Geral da Presidência

Prazo para recorrer
12/02/2025 23:59

Restrição conteúdo
Pública

Adequação nas marcações do Fala.BR

Número de protocolo
03746.2024.006975-47

Tipo
Acesso à Informação

Esfera
Judiciário Federal

Órgão destinatário
Supremo Tribunal Federal - STF

Resumo

Fale aqui (teor)

Sou professor e pesquisador. Para concluir minhas pesquisas, necessito de todos os ofícios que foram remetidos pelos ministros e seus gabinetes à presidência do Tribunal, bem como dos ofícios enviados pela presidência do Tribunal aos ministros do STF e gabinetes. O período solicitado é de 1990 até 2000.

Muito obrigado!

Teor: Sou professor e pesquisador. Para concluir minhas pesquisas, necessito de todos os ofícios que foram remetidos pelos ministros e seus gabinetes à presidência do Tribunal, bem como dos ofícios enviados pela presidência do Tribunal aos ministros do STF e gabinetes. O período solicitado é de 1990 até 2000. Muito obrigado!

Resposta

Olá,

Agradecemos por entrar em contato com a Ouvidoria. Somos o canal de escuta e orientação da sociedade para manifestações que guardem pertinência com o funcionamento do Supremo Tribunal Federal.

Encaminhamos resposta enviada pelo Gabinete da Presidência:

Registro que o Supremo Tribunal Federal não detém o arquivo físico dos ofícios enviados e recebidos pela Presidência entre 1990 e 2000, impossibilitando o atendimento ao pedido.

Destaco, ainda, que pela Tabela de Temporalidade do S.

TF, Código 004 ("Administração do Judiciário"), Assunto "Correspondência que presta ou solicita informações ou encaminha documentos", o prazo de guarda corrente é de 2 anos, com mais 2 anos de guarda intermediária, com posterior eliminação do documento. Assim, o pedido é insuscetível de atendimento, nos termos do art. 12, III, da Resolução nº 528/2014.

Ante o exposto, indefiro o pedido de acesso à informação.

<https://www.stfjus.br/arquivo/norma/resolucao528-2014.pdf>

https://www.stfjus.br/arquivo/cms/intranetNavegacao/anexo/Manuais_documentos/2016/Codigo_de_Classificacao_e_Tabela_de_Temporalidade_de_Documentos.pdf

Atenciosamente,

Resposta Inicial

^ Data da resposta: 05/03/2024, às 14:03			
Tipo Resposta Conclusiva	Responsável pela resposta Gabinete da Presidência	Decisão Acesso Concedido	Especificação decisão Resposta solicitada inserida no Fala Br
Destinatário Recurso 1º Arnobio	Prazo para recorrer 15/03/2024 23:59	Restrição conteúdo Privada	

- DESTINATÁRIO DO RECURSO DE 1ª:** cargo da autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada (art. 15 da LAI). Não é obrigatório colocar o nome da autoridade. No entanto, não se deve colocar apenas a área (sigla da área) ou o órgão superior.
- DECISÃO (SUGESTÃO DE MARCAÇÃO):** informação inexistente

BOAS PRÁTICAS



SUGESTÕES DE BOAS PRÁTICAS PARA O ATENDIMENTO

FLUXOS INTERNOS

Fluxos internos bem definidos:
interlocutores, prazos,
responsabilidades

PEDIDOS FREQUENTES

Coloque a informação em
transparência ativa

TRANSPARÊNCIA ATIVA

Indique o link específico e,
preferencialmente, com um passo
a passo para localizar a
informação

VÁRIAS DEMANDAS

Verifique se todas as
informações solicitadas
estão sendo respondidas

LINGUAGEM APROPRIADA

Linguagem clara, objetiva, simples e
compreensível. Evite: siglas,
jargões, tecnicismos e
estrangeirismos

TRANSPARÊNCIA POR DESENHO

Reavalie os fluxos de gestão da
informação, identifique as
informações que requerem
proteção e faça o tratamento

Resposta

Olá!

Sua manifestação foi enviada à Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, que prestou os seguintes esclarecimentos:

*A Coordenadoria de Difusão da Informação (CODI) tem como atribuição produzir e difundir conteúdo sobre a atuação jurisdicional do Supremo.

Informamos que o tema desta pesquisa consta da página de Pesquisas Prontas – Direito Administrativo, no site do Tribunal, que pode ser visualizada no seguinte link: [https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/pesq](https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/pesquisarJurisprudenciaFavorita.asp)

uizarJurisprudenciaFavorita.asp

As pesquisas prontas utilizam termos na ferramenta de pesquisa para a busca dos precedentes publicados sobre o tema.

Link da pesquisa pronta:

[https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?](https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base-acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=%22direito%20nomea%C3%A7%C3%A3o%22~4%20(%22cadastro%20reserva%22%20ou%20%22fora%20n)

[base-acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=%22direito%20nomea%C3%A7%C3%A3o%22~4%20\(%22cadastro%20reserva%22%20ou%20%22fora%20n](https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base-acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=%22direito%20nomea%C3%A7%C3%A3o%22~4%20(%22cadastro%20reserva%22%20ou%20%22fora%20n)

Para visualizar os resultados, o usuário deve copiar o link e colar em algum dos seguintes navegadores: Google Chrome, Microsoft Edge, Mozilla Firefox ou Safari. A página de pesquisa de jurisprudência é incompatível com o Internet Explorer. Caso o link seja aberto nesse navegador, a tela ficará em branco.

Por oportuno, informamos que o site desta Corte disponibiliza os seguintes serviços relacionados à jurisprudência:

? Aplicação das Súmulas no STF

? Pesquisa de Jurisprudência

? A Constituição e o Supremo

? Informativo*

Agradecemos o contato e permanecemos à disposição sempre que desejar falar com o Supremo Tribunal Federal.

Ao final, pedimos que acesse o link e responda à nossa Pesquisa de Satisfação.

São apenas três perguntas e sua participação contribui para tornar o Tribunal mais eficiente.

Atenciosamente,

Adequação - indicação do link específico

Resposta Conclusiva

Secretaria de Segurança

Acesso Concedido

Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes

Destinatário Recurso 1º

Diretor Geral

Prazo para recorrer

14/02/2025 23:59

Restrição conteúdo

Pública

Resposta

Olá!

Sua manifestação foi enviada à Secretaria de Segurança, que prestou os seguintes esclarecimentos:

*A segurança os Ministros do Supremo é realizada por Policiais Judiciais concursados e, uma parte, por seguranças pessoais privados, contratados por certame licitatório.

Todas as informações que não prejudicam as ações de segurança estão presentes na aba de transparência do site do Tribunal*

Agradecemos o contato e permanecemos à disposição sempre que desejar falar com o Suprem

o Tribunal Federal.

Ao final, pedimos que acesse o link e responda à nossa Pesquisa de Satisfação.

São apenas três perguntas e sua participação contribui para tornar o Tribunal mais eficiente.

Atenciosamente,

Ouvidoria do Supremo Tribunal Federal

Boa prática - indicar o link preciso e, preferencialmente um passo a passo

UTILIZAÇÃO DE ANEXOS

- Recomenda-se que essa funcionalidade seja utilizada apenas em casos excepcionais, quando existir a necessidade de envio de planilhas, imagens, processos, por exemplo. Orienta-se evitar anexos desnecessários;
- Quando o uso de anexos for indispensável, sugerimos que o órgão indique na resposta, quais documentos foram anexados;
- Em caso de .pdf, é recomendado que os arquivos sejam pesquisáveis e selecionáveis. Deve ser evitado o uso de PDFs baseados em imagem.

RESPONSABILIZAÇÃO



RESPONSABILIZAÇÃO

A LAI define as condutas que são consideradas ilícitas relativas ao seu descumprimento, bem como penalidades que podem ser imputadas ao transgressor (art. 32 da LAI).

São exemplos de condutas ilícitas: recusar-se a fornecer a informação, agir com dolo ou má-fé na análise de pedidos de LAI e impor sigilo a informações com o objetivo de obter proveito pessoal ou de terceiros.

Da regulamentação sobre a previsão de responsabilização:

A **forma de apuração** das condutas ilícitas. No Executivo federal, a apuração é feita nos termos da Lei nº 8.112/1990.

A **definição de sanções**. No âmbito do Poder Executivo federal, a punição é de, no mínimo, suspensão. Sem prejuízo de responsabilização, também, por improbidade administrativa.

RESTRIÇÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

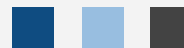


HIPÓTESES DE RESTRIÇÃO DE ACESSO



LEMBRE-SE! Se parte da informação é de acesso restrito, deve-se assegurar o acesso à parte não sigilosa por meio de **tratamento** da parte sob sigilo.

ATENÇÃO!



Sempre que o órgão negar o acesso a uma informação, **ele deve indicar as razões da negativa**, total ou parcial, do acesso.

"Quando não for autorizado o acesso integral à informação por ser parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo."

Art. 12, §1º da Resolução STF nº 528/2014.



SIGILO BASEADO EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

+ Segredo de justiça

+ Sigilo bancário

+ Sigilo fiscal

+ Segredo industrial

+

+

+ Sigilo empresarial

+ Sigilo decorrente de
risco à competitividade e
à governança empresarial

+ Sigilo das Sociedades

Anônimas

NORMA ESPECÍFICA EQUIVALENTE OU SUPERIOR À LAI

INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL QUE IMPÕE O SIGILO

DEMONSTRAÇÃO DO NEXO ENTRE A INFORMAÇÃO SOLICITADA E O SIGILO IMPOSTO

NÃO É IGUAL À RESTRIÇÃO POR INFORMAÇÃO CLASSIFICADA



EXEMPLO

Inicial: Solicito acesso à lista de pessoas que tiveram suas contas no X (antigo Twitter) bloqueadas, retidas, removidas ou de outra forma suspensas, em caráter definitivo ou permanente, por ordem deste Supremo Tribunal Federal

Resposta sugerida: "Os autos tramitam em sigilo (segredo de justiça) em razão do interesse social envolvido, conforme previsto no art. 189, I, do Código de Processo Civil. Assim, o acesso é permitido somente às partes e aos advogados constituídos."



INFORMAÇÃO CLASSIFICADA: HIPÓTESES TAXATIVAS

Risco à defesa e a **soberania nacionais** ou a **integridade do território** nacional

Risco à condução de negociações ou as **relações internacionais** do País, ou recebidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais

Risco à vida, à segurança ou à **saúde da população**

Elevado risco à estabilidade **financeira, econômica ou monetária** do País

Risco a planos ou operações estratégicas das **Forças Armadas**

+

+

+

+

Risco a projetos de **pesquisa e desenvolvimento científico** ou **tecnológico**, a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional

Risco à **segurança de instituições ou de altas autoridades** nacionais ou estrangeiras e seus familiares

Comprometer atividades de **inteligência, de investigação ou fiscalização**, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações

Risco à **segurança do Presidente, do Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as).**



INFORMAÇÃO CLASSIFICADA

1

A classificação requer avaliação de risco à segurança da sociedade ou do estado (hipóteses restritas) e a **formalização em decisão** (Art. 18 da Resolução STF 528/2014)

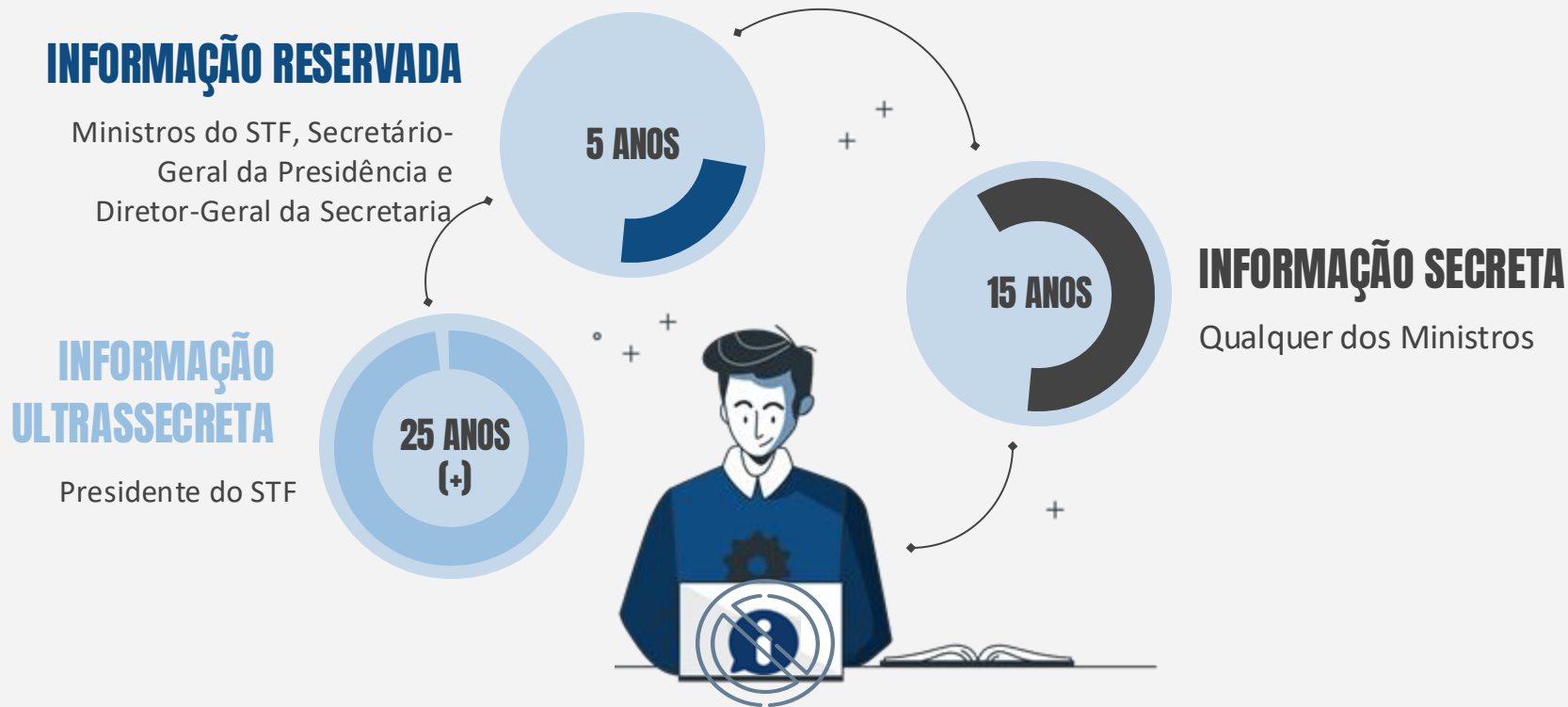
2

Com o advento do **termo final do sigilo**, as informações deverão ser **disponibilizadas** ao público **imediatamente**.


3


Informações protegidas por sigilos legais, documentos preparatórios e informação pessoal **não precisam ser classificadas**

GRAUS E PRAZOS DE RESTRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS



Documentos Sigilosos

 Gestor: GABINETE DO DIRETOR-GERAL

 Última atualização: Terça-feira, 03 de dezembro de 2024



31.504 pessoas já viram isso

Relação de Documentos Sigilosos

Visando cumprir o disposto na [Resolução nº 528](#), de 3 de junho de 2014, será publicado neste espaço o rol de informações classificadas e desclassificadas, quando de sua existência, conforme determina a Lei nº 12.527/2011.

Informações classificadas de acordo com a Lei nº 12.527/2011

Julho de 2021 a julho de 2022: Não houve classificação de informação.

Julho de 2023 a novembro de 2024: Não houve classificação de informação.

Informações desclassificadas de acordo com a Lei nº 12.527/2011

Julho de 2021 a julho de 2022: Não houve desclassificação de informação.

Julho de 2023 a novembro de 2024: Não houve desclassificação de informação.



DOCUMENTO PREPARATÓRIO



Restrição **temporária** até que haja uma posição final sobre o assunto que é objeto do DOCUMENTO ou do PROCESSO.

Restrição visa a evitar que a divulgação antecipada **prejudique** o ato ou decisão a ser tomada.

Fim do caráter temporário com a realização do ato/decisão, salvo se incidirem outras hipóteses de sigilo.

O documento nunca poderá ser fornecido? Cabe ao órgão analisar se eventual publicização do documento prejudicará o ato/decisão final.

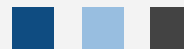


EXEMPLO

Inicial: Solicito acesso ao processo SEI XYZ que trata da reestruturação do plano de cargos e salários (PCS) dos servidores do Judiciário federal.

Resposta: Informamos que o processo SEI XYZ, que trata da reestruturação do plano de cargos e salários (PCS) dos servidores do Judiciário federal, ainda está em fase de estudos nesse órgão e posteriormente será remetido aos tribunais superiores e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) para subscrição. Considerando que sua divulgação antecipada tem potencial para frustrar a expectativa dos servidores envolvidos, negamos o acesso, com fundamento no art. 7º, §3º, da LAI. Adicionalmente, informamos que tão logo seja concluído o processo, será dada publicidade ao documento.

INFORMAÇÃO PESSOAL



Relacionadas à **peessoa natural** identificada ou identificável.

Ex.: atributos genéticos, biométricos e biográficos.

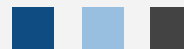


Toda
informação
pessoal deve
ser restrita?

Não!!!
A LAI salvaguarda apenas
informações pessoais que se
refiram **à intimidade, à
vida privada, à honra e à
imagem.**



PRIVACIDADE, HONRA E IMAGEM



PRIVACIDADE

Relacionada à garantia da liberdade e do livre desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Opção do indivíduo de expressar ou não aquilo que pensa, sente, acredita, pratica.

HONRA – Objetiva x Subjetiva

Objetiva: reputação social - forma como um indivíduo é visto e percebido em uma dada comunidade

Subjetiva: apreciação que o indivíduo faz de si mesmo

IMAGEM

Direito à proteção contra reprodução da imagem do indivíduo por meios fotográficos ou reprográficos, filmes ou vídeos, dentre outros.

INFORMAÇÃO PESSOAL

A análise cuidadosa do **caso concreto** é essencial para negar o pedido de acesso à informação sob o fundamento da presença de dados pessoais.



INFORMAÇÃO PESSOAL



Há exceções na restrição da informação pessoal:



- Consentimento expresso do titular, ou
- Prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;
- Realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral; previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;
- **Cumprimento de decisão judicial;**
- Defesa de direitos humanos,
- Proteção do interesse público preponderante;
- Para evitar prejuízos a processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido;
- Recuperação de fatos históricos relevantes.

PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO

+ Informação da própria pessoa, desde que comprovada a identidade do solicitante (art. 27 da Resolução STF 528/2014).

+ Informação de terceiros, além da comprovação da identidade do solicitante:

- Condicionada ao consentimento expresso da pessoa a que se referir (procuração);
- Comprovação da hipótese prevista no artigo 24 da Res. STF 528/2014 (slide anterior);
- Demonstração do interesse pela recuperação de fatos históricos de maior relevância, observados os procedimentos previstos no art. 26; ou
- Demonstração de necessidade do acesso à informação requerida para a defesa dos direitos humanos ou para proteção do interesse público e geral preponderante.





EXEMPLO

Inicial: Solicito **acesso aos gastos do Judiciário com saúde do ministro** Luís Roberto Barroso no ano de 2024; **especificado por procedimentos e hospitais/clínicas em que foram realizados**. Solicito que as informações sejam fornecidas em formato digital, quando disponíveis, conforme estabelece o artigo 11, parágrafo 5º da Lei 12.527/2011. Na eventualidade de as informações não serem fornecidas, requeiro que seja apontada a razão da negativa

Resposta: O pedido deve ser indeferido, tendo em vista que **tem por objeto dados pessoais, protegidos pelos arts. 5º, II, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e 31 da Lei nº 12.527/2011 (LAI)**. O art. 5º, II, da LGPD classifica como **sensíveis os dados referentes à saúde**, tendo as suas hipóteses de tratamento limitadas àquelas elencadas no art. 11 da Lei nº 13.709/2018. Como o pedido formulado não se enquadra em qualquer desses casos, não é possível seu atendimento. Além disso, o art. 31 da Lei nº 12.527/2011 contempla a proteção de informações pessoais, como questões de saúde, atribuindo a elas acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo. Assim, não é possível o fornecimento desses dados.

LAI E LGPD: DIÁLOGO

LAI

Lei nº 12.527/2011

Previsão Constitucional – Art.5º:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado

LGPD

Lei nº 13.709/2018

Previsão Constitucional – Art.5º:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação

LAI E LGPD: DIÁLOGO

LAI

Lei nº 12.527/2011

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o **fim de garantir o acesso a informações** previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

LGPD

Lei nº 13.709/2018

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o **tratamento de dados pessoais**, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, **com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade** e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa

LAI E LGPD: DIÁLOGO

LAI

Lei nº 12.527/2011

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e **com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas**, bem como às liberdades e garantias individuais.

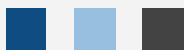
§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal

LGPD

Lei nº 13.709/2018

Art. 3º - Esta Lei aplica-se a qualquer **operação de tratamento** realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados...

Art. 23 Administração pública pode realizar o tratamento de informações pessoais para atendimento de finalidade pública, no interesse público, para executar competências e obrigações legais



FERRAMENTA DE TARJAMENTO DO FALA.BR

A ferramenta identifica automaticamente a existência das seguintes informações pessoais:

- CPF
- RG
- E-mail
- Telefone
- Endereço
- Dados bancários

É possível analisar as marcações sugeridas, removendo-as ou incluindo novas.



Tarjamento de documentos PDF

Ferramenta para tarjar dados pessoais em documentos PDF.

[Clique aqui para acessar o manual.](#)

Selecione um arquivo por vez para tarjar



Selecione o arquivo

Obrigatório.

Escolha os dados do arquivo que deseja tarjar

Dados para tarjamento:

- ☒ CPF
- ☒ RG
- ☒ E-mail
- ☒ Telefone
- ☒ Endereço
- ☒ Dados Bancários

Outros textos fixos para tarjar:

Textos separados por vírgula

Para visualizar e alterar o tarjamento do arquivo, clique em "Pré-processar"

Pré-processar

Para tarjar um arquivo, seja ele pré-processado ou não, clique em "Processar"

Processar

'ATENÇÃO - Neste modo, é necessário salvar o arquivo, caso haja alterações de tarjamento e RECARREGAR O ARQUIVO SALVO para processar corretamente.

'ATENÇÃO - O tarjamento não altera o arquivo original. Portanto, ao clicar em "Processar", um arquivo com novo título será gerado e salvo diretamente em seu computador.

HIPÓTESES DE NÃO ATENDIMENTO



PEDIDO GENÉRICO

- Aquele que não tem dados importantes para a sua delimitação, tornando-se vago;
- Não se deve exigir que o pedido contenha todos os elementos de especificação, mas somente os dados suficientes para sua compreensão;
- Buscar contato com o solicitante para tentar delimitar o pedido, apontando os dados faltantes ou não adequadamente apresentados.



EXEMPLO

Inicial: Solicito lista com relação de presentes do STF.

Resposta: Trata-se de pedido de acesso à informação genérico, no qual não foi especificado se a lista solicitada se refere a presentes doados ou recebidos por este órgão, tampouco o período pretendido. Por essa razão, não foi possível atendê-lo, nos termos do art. 12, I, da Resolução STF nº 528/2014, que regulamenta a Lei 12.527/2011 no STF.

Ante o exposto, encerraremos o presente requerimento e orientamos que, caso seja do seu interesse, que registre novo pedido de informação, contendo a especificação de forma clara e precisa da informação requerida, conforme art. 10, da LAI.

PEDIDO DESARRAZADO

- Aquele que se opõe aos interesses da sociedade, de sua segurança ou à integridade e soberania do Estado, que possam colocar em risco a segurança do Supremo Tribunal Federal ou dos Ministros e seus familiares;
- Aquele que está em desconformidade com o interesse público;
- Não se deve avaliar a motivação do solicitante, mas se o pedido está de acordo com os objetivos da LAI e da Constituição.



EXEMPLO

Inicial: Solicito acesso ao plano de contingência para ataques cibernéticos atualizado do STF.

Resposta: Trata-se de pedido desarrazoado, nos termos do art.12, VIII, da Resolução STF nº 528/2014, que regulamenta a Lei 12.527/2011 no STF, que pode colocar em risco a segurança do órgão. Portanto, não se trata de informações revestidas pelo interesse público, razão pela qual se nega o acesso.

PEDIDO DESPROPORCIONAL

- Demanda que, por sua dimensão, compromete o trabalho de uma unidade por um período considerável;
- Informar, de forma clara e concreta, sobre o impacto do atendimento do pedido na rotina da unidade responsável pela produção da resposta;
- Um pedido considerado desproporcional deverá deixar de sê-lo com o tempo.
- Investir e promover uma boa gestão documental (transparência por desenho);



EXEMPLO

Inicial: Solicito lista com a relação de todos os presentes já recebidos e doados pelo STF desde a promulgação da Constituição da República de 1988.

Resposta: Trata-se de pedido desproporcional, que devido à sua magnitude, poderia comprometer a operação regular da instituição. Destacamos que o atendimento ao pedido causaria grande impacto nas atividades rotineiras do órgão, que precisaria alocar X servidores por Y dias/meses para catalogar todos os presentes recebidos e doados, o que, em última análise, poderia atrasar ou prejudicar a prestação de outros serviços públicos.

TRABALHO ADICIONAL

- Aquele que exige serviços adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações;
- Aquele que exige produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do Tribunal.
- Avaliar se o pedido pode ser encaminhado ao órgão/entidade competente, no Fala.BR;
- Indicar o local onde se encontram as informações demandadas, de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados, atentando-se à existência de informações restritas, que devem ser tratadas previamente.



EXEMPLO

Inicial: Solicito a relação de processos (com a classe processual e o número) que tramitam no STF em controle concentrado ou difuso (com repercussão geral reconhecida), que tenham o seu respectivo julgamento iniciado, mas não finalizado, e que possuam votos proferidos por ministros aposentados.

Resposta: Não temos os dados consolidados. Porém, as listas dos processos com suspensão de julgamento e com pedidos de destaque estão disponíveis no Portal do STF: <https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=processoPedidoVistaDevolvido>. Sugerimos que o demandante analise caso a caso para verificar se tem voto de ministro já aposentado."

MATERIAL DE APOIO: SITE DA LAI <http://lai.gov.br>

☰ Acesso à Informação

O que você procura?

Serviços recomendados para você


Serviços mais acessados do gov.br


Serviços em destaque do gov.br


Descubra como usar a Lei de Acesso à Informação (LAI) para garantir seus direitos


Salva mais

O que você está procurando?

 Faça seu pedido de acesso à informação aqui

 Consulte pedidos de acesso já respondidos

 Acompanhe o uso de recursos no Portal da Transparência

 Acesse os dados abertos por órgãos públicos

☰ Acesso à Informação


O que você procura?

🏠 > SIC, Apoio e Orientações > Transparência Passiva > Capacitação


Capacitação

A fim de disseminar o conhecimento e promover a formação continuada em Acesso à Informação, a CGU desenvolve iniciativas como workshops, eventos presenciais e ao vivo, lives, treinamentos, cursos EAD e encontros da RedeSIC. Tais iniciativas são realizadas para **capacitar os servidores de órgãos e entidades responsáveis pelo atendimento às demandas de acesso à informação** quanto demais interessados em conhecer e exercer seu direito de acesso. Confira!


Iniciativas




Eventos
Presenciais ou a distância - cursos, treinamentos, workshops, palestras



Lives
Eventos ao vivo para o público



Cursos EaD
Treinamentos a distância para o público



Encontros RedeSIC
Eventos presenciais aos integrantes

MATERIAL DE APOIO: ENUNCIADOS

 Acesso à Informação


Conheça também

Boletins, Enunciados
e Estudos da LAI

Acesse

Decisões da CGU e
da CMRI sobre a
aplicação da LAI

Acesse

 Acesso à Informação

O que você procura?



 > Boletins, Enunciados e Estudos > Enunciados da LAI

Enunciados da LAI

Conheça os 2 enunciados aprovados em 2024
sobre a aplicação do art. 31 da Lei nº 12.527/2011

Acesse os 2 enunciados aprovados no ano de 2024, por meio da [Portaria Normativa CGU nº 176, de 30 de setembro de 2024](#), referentes à aplicação do Art. 31 da LAI.

Enunciados da LAI

Conheça os 12 enunciados aprovados em 2023
sobre variados temas de acesso à informação

Acesse os 12 enunciados aprovados no ano de 2023, por meio da [Portaria Normativa CGU nº 71, de 10 de abril de 2023](#), com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre a aplicação da LAI.

Enunciados da LAI

Conheça o enunciado sobre harmonização
da LAI e LGPD de 2022

Enunciado sobre a harmonização entre a LAI e a LGPD: [Enunciado nº 4, de 10 de março de 2022](#)

Enunciados da LAI

Conheça o enunciado sobre procedimentos
disciplinares de 2016

Enunciado sobre procedimentos disciplinares: [Enunciado nº 14, de 31 de maio de 2016](#)

MATERIAL DE APOIO: FERRAMENTAS DE BUSCA



Busca de Pedidos e Respostas

Lei de Acesso à Informação

A [Busca de Pedidos e Respostas](#) permite que qualquer pessoa consulte os pedidos de informação, feitos com base na Lei de Acesso à Informação, direcionados aos órgãos e às entidades do **Poder Executivo Federal** e as respectivas respostas fornecidas.

Estão disponibilizados os pedidos que foram cadastrados na [Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação \(Fala.BR\)](#), a partir de **31 de agosto de 2020**, e no antigo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), a partir de **1º de julho de 2015**, com **exceção** dos pedidos que contenham informações restritas (pessoais ou sigilosas).

Termo de pesquisa:

Órgão

Selecione o item



Decisão

Selecione o item



■ Limpar filtros

Busca Avançada

Q Buscar



Busca de decisões da CGU e da CMRI

Versão 1.0.2

Busque aqui as decisões da Controladoria-Geral da União e da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), relativas aos recursos apresentados a essas instâncias no âmbito da Lei de Acesso à Informação. A busca pode ser realizada utilizando somente o campo textual ou combinando o texto com os demais filtros. Exemplo: para consultar decisões relativas a apenas uma das instâncias, digite o texto desejado no campo "Pesquisa" e selecione a opção desejada no filtro "Instância" localizado abaixo do campo de pesquisa. A busca pode ainda ser refinada utilizando a opção "Busca Avançada".

Termo de pesquisa:

Órgão

Selecione o item



Tipo Decisão

Selecione o item



Instância

Selecione o item

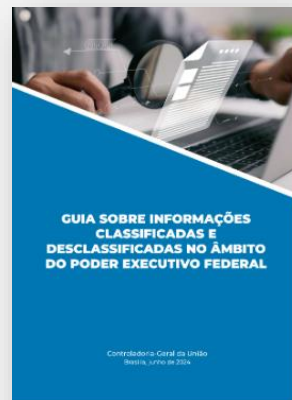
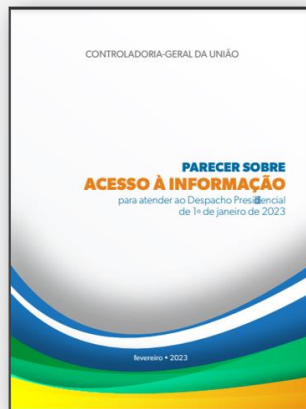


■ Limpar filtros

Busca Avançada

Q Buscar

MATERIAL DE APOIO: PUBLICAÇÕES



AGRADECEMOS SUA PARTICIPAÇÃO!!!



Divisão de Promoção de Acesso à Informação
Coordenação-Geral de Promoção e Monitoramento de Acesso à Informação
Diretoria de Articulação, Supervisão e Monitoramento de Acesso à Informação
Secretaria Nacional de Acesso à Informação

Jessica Maciel e Mariana Pereira

acesso_informacao@cgu.gov.br